

Enigmas das Formas e Formas do Enigma

A Questão da Medida do Valor em Keynes e Joan Robinson

ELEUTÉRIO F. S. PRADO

Resumo

Procura-se discutir nesta nota a questão da medida dos valores na *Teoria Geral* de Keynes e no artigo *A Função de Produção e a Teoria do Capital* de Joan Robinson. Investiga-se, para tanto, a noção de "capital real" definida por essa autora no texto citado e em obras escritas posteriormente como em *A Acumulação do Capital*, e a noção de "valor em unidades de salário" que surge na obra mais conhecida do fundador da macroeconomia contemporânea. Tem por objetivo mostrar como, ao ignorar explicitamente as contradições da própria realidade social, esses autores caem em contradições lógicas ao procurar apreender o funcionamento aparente do capitalismo — contradições essas que lhes parecem enigmas. Mostra-se, finalmente, como na obra máxima de Marx, *O Capital*, pode-se encontrar não apenas a explicação desses "enigmas" como também as razões pelas quais aparecem como tais.

O autor é professor da FEA/USP e pesquisador da FIPE.

Abstract

The present paper seeks to discuss the issue of the measure of value in Keynes *General Theory* and in Joan Robinson essay *The Production and the Theory of Capital*. The investigation of the Robinsonian notion of "real capital" as and the Keynesian notion of "value in wage units" is undertaken with this purpose. This aims at evidencing how, by explicitly ignoring the contradictions of the social reality, these authors fall in logical contradictions in their search for the explanation of the apparent functioning of capitalism — contradictions which seem to them as enigmas. This paper finally shows how in Marx's maximum work *The Capital*, not only can the explanation of these enigmas be found, but also the reasons why they appear as such.

" os mistérios são segundo a sua natureza misteriosos para o entendimento, não para a razão. O entendimento não logra compreender o simplesmente concreto, enquanto compreende as diferenças em sua singularidade

distinta: cada mistério contém a sua contradição, que é simultaneamente a sua resolução" (Hegel, *Introdução à História da Filosofia*).

Introdução

Nesta nota procura-se discutir a questão da medida dos valores principalmente no contexto de dois trabalhos importantes da Economia Política moderna, em que esta é tratada de modo explícito como crucial: na *Teoria Geral* de Keynes e no artigo *A Função de Produção e a Teoria do Capital* de Joan Robinson. Investiga-se, por isso, a noção de "capital real" definida e empregada por essa autora no texto citado e em obras posteriores, como em *A Acumulação de Capital*, e a noção de "valor em unidades de salário" que aparece na obra mais conhecida do fundador da macroeconomia contemporânea. Ainda que aí surjam como produto de elaborações teóricas em que se visa entender o movimento do sistema econômico como um todo, com o fim de propiciar sua manipulação pelo Estado, tem longa tradição como questão teórica em Economia Política. Relacionam-se intimamente com essas duas, como se verá, as noções de "trabalho comandável" de Adam Smith, de "trabalho incorporado" de Ricardo, de "valor em trabalho datado" da Escola Austríaca e a de "emprego" do próprio Keynes.

Ainda que os fundamentos das idéias expostas em seqüência não possam ser considerados contribuição original do autor, vale a pena voltar a eles, já que a teoria econômica, depois de Ricardo, vem se movendo interminavelmente no círculo de giz de eternos enigmas. Um desses foi posto por Joan Robinson, no contexto da teoria do capital, da seguinte forma:

"em que unidades se mede K?" (ROBINSON, 1953-54, p. 81).

Entenda-se logo de início que, verdadeiramente, não se trata aqui da definição

de um padrão de medida, de um metro econômico, mas, precisamente, de saber o que se mede. Se se apreende dos corpos a propriedade da extensão, pouco importa que se a represente — a menos do tamanho da expressão numérica — em milímetros, centímetros, metros ou quilômetros. Além disso, também não é pertinente perguntar como se mede *K*, pois a letra *K* aí já denota quantidade, estando, portanto, a medida já pressuposta — ainda que se possa ignorar seu fundamento real ou este ser inexistente. Nesse último caso, *K* seria o signo de uma quantidade puramente imaginária.

Para elaborar sobre o tema, constrói-se de início uma equação de formação de preço de caráter geral na economia capitalista, mas referida a um processo de produção particular, a qual será discutida sob as perspectivas teóricas analisadas no presente artigo. Mostrar-se-á, em seqüência, como enigmas associados a essa equação se apresentam para três grandes autores: Adam Smith, Keynes e Joan Robinson. Uma seção especial será dedicada a cada um deles para expor como procuraram resolver — e velar — a questão da medida dos valores. Ao invés de partir das formas pelas quais a realidade se apresenta aos homens, parte-se, de fato, da representação dessas formas na consciência de pensadores notáveis, para mostrar que contradições inerentes ao objeto de estudo dos economistas não desaparecem, de modo algum, em seus modos de entendimento dessa realidade. Conclui-se o artigo mostrando como certos mistérios foram dissolvidos pelo pensamento dialético e crítico do capitalismo, o qual, por conveniência, a ciência utilitarista busca ignorar, cultivando com zelo as armas do silêncio e do desentendimento.

1. Equação de Formação de Preços

Para começar como se originam as representações em Economia, é preciso partir da expressão simbólica da formação de

preços de uma mercadoria qualquer. Em particular, considere-se, como tem sido feito muitas vezes, um processo de produção plenamente integrado, com início, etapas (duas) e término bem definidos no tempo. Em seu começo, portanto, só são empregados meios de produção diretamente obtidos na natureza e os meios de produção fabricados durante o processo não duram além de seu ponto terminal. Na primeira etapa da produção, fazem-se matérias-primas e instrumentos de trabalho, os quais são usados na segunda etapa para produzir uma mercadoria determinada, a qual se denominará de 'máquina'. Apesar de criação do pensamento, vê-se esse processo como capitalista e como se estivesse presente numa economia capitalista plenamente desenvolvida. É preciso deixar claro que não se está procurando conceber um modelo comportamental, cujo objetivo é sempre representar o funcionamento isolado ou um conjunto de agentes econômicos. Trata-se tão somente de apresentar a formação de preço de certa mercadoria, em uma empresa particular, em um ponto qualquer do tempo. Busca-se somente investigar as propriedades da forma preço = custos, tomando-a como se fosse um dado de observação. Não se admite, portanto, hipótese alguma quanto ao equilíbrio desta ou de qualquer outra empresa da economia.

Assume-se, então, que cada etapa do período de produção dure um mês — o período todo demora, portanto, dois meses — e que, ao final dele, o proprietário da empresa tenha a mercadoria pronta para ser comercializada. Além do período de produção, há que se considerar também o período médio de venda, ou seja, o tempo médio que demora para que ele consiga colocá-la no mercado; seja este também de um mês. Admite-se, além disso, que ao se iniciar o processo de produção o capitalista já tenha contratado L trabalhadores não-qualificados, mediante promessa de pagamento do salário de mercado, que se designa por w . Indica-se por L_m a quantidade de trabalho efetivada na produção

das matérias-primas e instrumentos e por L_v a quantidade realizada na produção da máquina. Admite-se, por simplicidade, que $L_m = L_v$. Tanto o capitalista como os assalariados, como bons cidadãos, cumprem os termos do contrato: os últimos trabalham durante todo o período, fora os feriados, e o primeiro, ao final de cada mês, paga àqueles exatamente o que lhes é devido. Supõe-se que o dono do capital consiga obter sobre seu investimento lucros que correspondam à taxa de lucro r , a qual pode estar acima ou abaixo da taxa média da economia.

Nesse caso, o valor monetário de uma unidade da mercadoria pode ser escrito do seguinte modo:

$$K = L_m \cdot w \cdot (1 + r)^2 + L_v \cdot w \cdot (1 + r) \quad (1)$$

onde K é o preço da máquina e $L_m \cdot w = L_v \cdot w$ é a folha mensal de salário. Note-se que a forma (1) está posta acima como se tivesse sido originada dos registros contábeis da empresa.

Para encontrar uma relação entre o preço dessa mercadoria e o salário monetário, em busca da medida do capital, como o fizeram Joan Robinson e outros, pode-se dividir ambos os membros dessa expressão por w . Na fórmula resultante, K/w será algo que ela chama de "capital real"; outros, como Sraffa, chamam de "valor em trabalho datado" (SRAFFA, 1983, p. 203-207), Keynes de "quantidade medida em unidades de salário" (KEYNES, 1983, p. 39) etc.

$$\frac{K}{w} = L_m \cdot (1 + r)^2 + L_v \cdot (1 + r) \quad (2)$$

Apesar de singela, torna-se necessário examinar a última expressão com cuidado, pois sua simplicidade é aparente. Consultas às principais obras de Economia Política publicadas no último século e meio mostram que tem sido difícil atinar com seu significado real. Como os capitalistas contratam certo número de trabalhadores — e não o trabalho — para que funcionem

dentro do período de um mês, por exemplo, durante 25 jornadas de 8 horas diárias, isto sugere que se mensure esta quantidade em "homens-mês" e o salário em "cruzeiros por homem-mês" (um homem-mês corresponde, portanto, a 200 horas de trabalho potencial). Observando que r é um número puro e que $(1+r)^2 + (1+r) = n$ é um fator multiplicativo positivo, com o fim de isolá-lo a qualidade da medida em (2) emprega-se a análise dimensional. Ao fazê-lo, tem-se o seguinte:

$$[K/w] = [\text{homens-mês}] \cdot [n] \quad (A)$$

Com base nessa equação dimensional, pode-se expor a teoria do valor smithiana, julgada por ele como adequada à explicação dos valores de troca na economia capitalista. Apresenta-se, assim, a segunda das formas enigmáticas que assume a medida dos valores dentre as analisadas neste artigo.

2. Enigma na Riqueza das Nações

A interpretação de (2) conforme (A) encontra-se em *A Riqueza das Nações* com o significado de "trabalho comandável"⁽¹⁾:

"o valor de qualquer mercadoria. é igual à quantidade de trabalho que essa mercadoria lhe dá condições de comprar ou comandar; conseqüentemente, o trabalho é a medida real do valor de troca de todas as mercadorias" (SMITH, 1983, Vol. I, p. 63).

Para entender porque se pode associar (2) com a teoria do valor de Adam Smith, admite-se que L_m e L_v constituem-se de 40 homens-mês e que o fator multiplicativo seja 3,75, o qual corresponde à taxa de lucro de 50%. O capitalista contratou 40 trabalhadores para que operassem durante dois meses em sua empresa; estes cumpriram suas tarefas produzindo a máquina;

por isso, com a mercadoria obtida ao final do processo de produção, supondo-se que esta possa ser efetivamente vendida ao preço K , ele se encontra potencialmente em condições de comandar no futuro não 40 trabalhadores por dois meses ou 80 por um, mas 150 por um mês.

Como Smith chega a essa formulação? Ele faz contraponto entre duas situações históricas.

"No estágio antigo e primitivo que precede ao acúmulo de patrimônio ou capital e à apropriação da terra, a proporção entre as quantidades de trabalho necessárias para adquirir os diversos objetos parece ser a única circunstância capaz de fornecer alguma norma padrão para trocar esses objetos uns pelos outros" (Ibidem, p. 77). "No momento em que o patrimônio ou capital se acumulou nas mãos de pessoas particulares, algumas delas naturalmente empregarão esse capital para contratar pessoas laboriosas, fornecendo-lhes matérias-primas e subsistência a fim de auferir lucro. Ao trocar o produto acabado por dinheiro, além do que pode ser suficiente para pagar o preço dos materiais e os salários dos trabalhadores, deverá resultar algo para pagar os lucros do empresário." (Ibidem, p. 77-78).

Em outras palavras, enquanto numa economia mercantil de produtores independentes — para Smith uma economia de coleta já é mercantil — o "trabalho incorporado" regularia o valor de troca das mercadorias, numa economia capitalista, em virtude do aparecimento do lucro (e da renda da terra), haveria necessidade de se considerar como determinante do valor de troca a capacidade de a mercadoria comandar trabalho vivo. Note-se que se numa economia hipotética de produtores independentes, em que inexistem lucros (analiticamente $r = 0$), $K/w = L_m + L_v$, numa economia capitalista, diferentemente, tem-se que o trabalho comandável

(1) Uma avaliação mais extensa da teoria do valor de Smith encontra-se em NAPOLEONI, 1978, p. 58-68.

mostra-se sempre maior do que o trabalho comandado. Mais do que isso, se se admite por raciocínio fixada a proporção entre L_m e L_v , verifica-se que K/w será tanto maior quanto maior for a taxa de lucro (se w , o salário monetário, se mantiver constante, K , o preço da máquina, deverá se elevar; reversamente, se K não se modificar, então necessariamente w deverá se reduzir).

Note-se, também, que K/w deve ser visto como quantidade de trabalho vivo hipoteticamente comandável no futuro — ou seja, aquele que se imagina que o capitalista pode pôr em ação no futuro, mas não inteiramente, pois, em geral, os trabalhadores não atuam sem meios de produção e estes também precisam ser adquiridos. Além disso, como o capitalista também precisa viver e viver bem, não reaplica como capital todo o dinheiro obtido com a venda da mercadoria; gasta parte dele — ainda que, em geral, a parte menor — para suprir suas necessidades de consumidor capitalista. Não se pode, portanto, entender K/w como trabalho efetivamente comandável.

Implicitamente, Smith admite aqui que o preço da mercadoria expressa um conteúdo de trabalho maior do que aquele efetivado no ato de produzi-la, ainda que, contraditoriamente, identifique muitas vezes no texto de *A Riqueza das Nações*, como se sabe, quantidades de valor e trabalho. Uma fórmula como (2) espelharia a formação de preços tal como concebida por Smith, pois vê o montante de lucros como proporcional aos capitais empregados. Esse montante — diz —

é "totalmente regulado pelo valor do capital ou patrimônio empregado." (Ibidem, p. 78).

É bem conhecido o fato de que Ricardo, logo nas primeiras páginas de seus *Princípios de Economia*, considera inadequada a teoria do valor de Smith, sob o argumento de que ela não resolve o pro-

blema da escolha da medida invariante (RICARDO, 1982, p. 43-47). Como o salário é visto por ele como o valor monetário de uma cesta de mercadorias necessárias à subsistência do trabalhador, variando os preços dos gêneros de primeira necessidade, este pode se alterar. Também as mudanças na relação entre a oferta e a demanda de força de trabalho podem modificar o salário e, em consequência, pode variar o trabalho comandável por outra mercadoria qualquer, sem que de fato haja ocorrido mudanças em suas condições de produção. Implícita na argumentação de Ricardo está a tese da circularidade da teoria do valor de Smith porque nela, na explicação dos preços, os preços estão pressupostos — e isto dirá Marx depois, expressamente (MARX, 1980, p. 47-55).

Ainda que, como teoria do valor, a formulação de Smith mostre-se logicamente inconsistente, expressa, de certo modo, uma característica peculiar do sistema econômico por ele investigado. O capitalista que empregou certo número de trabalhadores em certo momento, em momento seguinte acha-se, em geral, em condições de empregar número maior, o que de fato pode se efetivar, dependendo de uma série de circunstâncias que não cabe aqui discutir. Em razão disto, pode-se ver em (2) um modo conveniente de medir o potencial de acumulação, seja a capacidade de expansão da empresa, seja da economia capitalista.

O autor de *A Riqueza das Nações* situa-se do ponto de vista dos capitalistas para chegar e expor essas idéias. Após citar Hobbes, que havia dito que riqueza é poder, escreve:

"O poder que a posse dessa fortuna lhe assegura, de forma imediata e direta, é poder de compra; um certo comando sobre todo o trabalho ou sobre todo o produto do trabalho que está então no mercado" (Ibidem, p. 84).

Porém, o que interessa aqui não é

A QUESTÃO DA MEDIDA DO VALOR

discuti-las em princípio no plano das visões do mundo, mesmo porque estão fundadas de certo modo na realidade, mas nos planos lógico e ontológico.

Afinal, que diz (2), quando se tem em vista (A)? Diz simplesmente, tomando os dados do exemplo antes empregado, que 80 homens-mês são 150 homens-mês, que uma certa quantidade de trabalho vivo se multiplica no processo de produção. Portanto, se a expressão (2) parecia a um momento satisfatória do ponto de vista do senso comum, revela-se agora algo absurda, pois certa quantidade de algo mostra-se como quantidade maior. Se o dono do capital pode comandar no futuro mais trabalho do que comandou no passado, parece que certa quantidade de homens-ano se transformou no processo produtivo em quantidade maior. Há aqui, obviamente, algo que precisa ser explicado e que certos autores classificaram de um enigma⁽²⁾

3. Enigmas na Teoria Geral

A mesma interpretação de (2), em contexto diferente, pode ser encontrada na *Teoria Geral* de Keynes. Para chegar à compreensão disto, torna-se necessário fazer um *détour*.

Ao estabelecer as bases do que hoje se denomina de macroeconomia, esse autor menciona que três perplexidades dificultaram o desenvolvimento de seu trabalho, a saber: a medida do produto, as expectativas e a definição de renda; só a primeira interessa diretamente aqui. Ao procurar solver sua perplexidade quanto "à escolha das unidades adequadas aos problemas do sistema econômico em seu conjunto" em

(2) Por exemplo, Wicksell: "O que se mostra enigmático é que a posse do capital, aparentemente ao menos, resulta em algo mais, a saber em uma renda permanente na forma de juros, ao mesmo tempo sem sacrifício do capital e enquanto o capital está sendo constantemente repostos" (WICKSELL, 1938, p. 146).

face do fato de que "a produção da comunidade em bens e serviços ser um complexo não-homogêneo que não se pode medir no sentido estrito da palavra." (KEYNES, 1983, p. 37-38), decidiu se restringir ao uso de duas medidas: moeda e emprego. Como e por que chega a esta formulação?

Menciona que Pigou, para chegar à renda nacional líquida, procura deduzir do produto nacional uma margem de obsolescência. Como a noção de produto é de um agregado de coisas heterogêneas e "como essa dedução não se faz em unidades monetárias", diz que "o Professor Pigou é levado a considerar que pode haver uma variação na quantidade física [de máquinas, equipamentos etc.], embora não tenha havido variação física alguma" isto é, que ele "introduz, implicitamente, variações no valor" (*Ibidem*, p. 38).

Logo, Keynes aponta aqui identificação indevida entre produto e valor, ainda que o faça sem se livrar inteiramente da ambigüidade, pois afirma em seqüência que

"o problema de comparar uma produção real com outra e calcular depois a produção líquida, compensando com novas partidas de equipamento o desgaste das antigas, acarreta enigmas que, podemos dizer com segurança, são insolúveis" (*Ibidem* p. 38)⁽³⁾. Não faz distinção clara, portanto, entre os fenômenos desgaste e depreciação, acúmulo de 'máquinas' e acumulação, pois não pode deixar de associar, melhor dizendo, de explicar uns pelos outros. Por isso se depara com enigmas.

De qualquer modo, Keynes rejeita a possibilidade de tomar o valor monetário como índice da produção, pois também aqui se apresentam

(3) Também para Keynes, portanto, a questão da medida implica enigmas, vistos como insolúveis, mas que tem de encontrar uma maneira de contornar.

"dificuldades. . [que também] são justamente consideradas enigmas" (Ibidem, p. 38).

Como tal alternativa depende em geral de um processo de deflacionamento, aponta como razão para essa recusa

"o conhecido mas inevitável elemento de imprecisão que. acompanha o conceito de nível geral dos preços. "

o qual torna seu uso *"muito inadequado para a análise causal, que deve ser exata" (Ibidem, p. 38).*

Ainda que assinale esse, possivelmente o faz por motivo outro e mais crucial, qual seja, o de que assim teria de tomar como dados os preços e, em conseqüência, o nível de preços, quando pretende assumir que este é determinado endogenamente em seu modelo⁽⁴⁾ Em outras palavras, procura evitar uma circularidade. De qualquer modo, julga tal procedimento desnecessário.

A dificuldade que o perturba parece ser a seguinte: não pode aceitar que "produto" seja valor monetário, pois se o fizesse admitiria um absurdo. Porém não pode deixar de considerá-lo como se fosse algo único, porque em caso contrário o estudo do funcionamento do sistema econômico como um todo parece-lhe impossível, pelo menos de maneira consistente. Como a produção é em realidade heterogênea, buscará algo que a represente e que possa ser considerado homogêneo. Logo mais se examinará se a solução que propõe mostra-se ou não consistente.

Como procura resolver a questão?

"No caso de uma empresa ou indústria isolada que produza artigos homogêneos, é legítimo falar, se quisermos, de

(4) Em condições muito especiais o valor monetário apresenta-se como um índice exato dos *quanta* de produtos.

aumentos e diminuições de produção. Porém, quando somarmos as atividades de todas as empresas, só nos exprimiremos com exatidão por meio de quantidades de emprego aplicadas a determinado equipamento. Quando. queremos falar de aumento da produção, devemos aceitar a suposição geral de que o volume do emprego associado a determinado equipamento de capital será um índice satisfatório do montante da produção que daí resulta. " (Ibidem, p. 39).

Para tornar essa medida, medida de algo homogêneo, mencionou que se deveria

"tomar uma hora de emprego de mão-de-obra comum como unidade e ponderar uma hora de mão-de-obra especializada proporcionalmente à sua remuneração" (Ibidem, p. 39).

Para explicitar o conteúdo do artifício de Keynes, suponha-se que há na economia k empresas e que nestas se fabriquem produtos únicos e homogêneos. Escrevendo-se funções inversas das funções de produção de curto prazo por ele empregadas, tem-se o seguinte: $L_r = f(O_r)$, $r = 1, 2, \dots, k$, onde L_r responde pelo emprego na indústria r (supostamente homogeneizado a seu modo), portanto, uma quantidade de homens-mês associada à quantidade de produto r , indicada por O_r . O autor da *Teoria Geral* supõe que o produto agregado possa ser "representado" então, como:⁽⁵⁾

$$\sum_{r=1}^k L_r = F(O_1, O_2, \dots, O_r) = \sum_{r=1}^k f(O_r)$$

Agora, se produto agregado é quantidade imaginária, se " $\sum O_r$ não é uma quantidade" (Ibidem, p. 41)⁽⁶⁾ como diz Keynes,

(5) Emprega-se aqui para manter consistência na notação o símbolo L para indicar emprego e não N como o fez Keynes.

(6) Nesta mesma página, Keynes classifica como vagas noções como volume de produção global e quantidade de equipamento do capital como um todo.

A QUESTÃO DA MEDIDA DO VALOR

que sentido tem associá-la ao emprego total da economia, quantidade supostamente real? Não questionando ainda esta suposição, o verdadeiro enigma da questão, vê-se que outro menor se dissolve quando se considera que desse modo ele não mensura "produto agregado" algum, mas simplesmente volume do trabalho potencial, trabalho vivo, na forma de emprego direto, tomando-o como um índice indireto dos *quanta* de produtos. Ele mesmo diz:

"chamaremos unidade de trabalho a unidade em que se mede o volume de emprego. " (Ibidem, p. 39).

e, como se viu, esta medida é constituída de um índice satisfatório do volume de produção.

No entanto, cabe argüir o seguinte: em que condições as variações na quantidade de emprego corrente — supondo ainda, portanto, que se tem aqui uma medida — são congruentes com as variações na massa de mercadorias produzidas? A resposta mostra-se óbvia: é necessário que a produtividade do trabalho, ou seja, O_r/L_r , permaneça constante em todas as indústrias, ou o mesmo, que não ocorram rendimentos decrescentes e que não se altere a participação de cada indústria no emprego total — o que implica que a composição da produção mantém-se também constante. Ora, estas são claramente hipóteses analíticas inadequadas para o tipo de estudo efetuado na *Teoria Geral*, ainda que Keynes afirme — de modo ambíguo — o contrário⁽⁷⁾. Basta lembrar que aí se in-

vestiga o comportamento da economia capitalista no curto prazo, ou seja, admite-se que se combinam estoques aproximadamente fixos de máquinas, equipamentos etc. com quantidades variáveis de trabalho vivo.

Porém, subsiste ainda outra questão e esta mostra-se crucial. Se " ΣO_r não é uma quantidade" por que ΣL_r o seria? Se Keynes se recusa a comensurar produtos heterogêneos, como pode fazê-lo quando se trata de empregos qualitativamente diversos? Procura resolver o problema do modo indicado em parágrafo anterior. Para esclarecer seu procedimento, suponha-se que numa das r indústrias da economia executem-se n tipos diferentes de trabalho, e que há, portanto, n variedades de emprego; sejam $L_0, L_1, L_2, \dots, L_n$ as quantidades referentes a estas espécies, com L_0 respondendo pelo trabalho não-qualificado, e $w_0, w_1, w_2, \dots, w_n$ os salários correspondentes. O que o autor chama de homogeneização é o seguinte:

$$L_r = L_0 + L_1 \frac{w_1}{w_0} + \dots + L_n \cdot \frac{w_n}{w_0}$$

Agora, se se supõe que L_0 é comum a todas as indústrias — o que já é problemático —, parece que ΣL_r cobra sentido inequívoco. É preciso investigar isso melhor. Após observar que w_i/w_0 é, quanto à quantidade, um multiplicador e, quanto à qualidade, à dimensão, uma razão transformadora, note-se que a expressão indica,

propensão média também o é; mais ainda, admite que as elasticidades-renda da demanda de todas as mercadorias, sejam de consumo ou investimento, para todas as classes de renda, são unitárias. Porém, mesmo assim, não concebe um verdadeiro índice, mas apenas uma situação em que ocorrem correlações positivas entre o emprego total e as quantidades produzidas de cada mercadoria, se não houverem grandes disparidades nas variações da produtividade do trabalho nas diferentes indústrias. Nas condições acima, por que não toma como índice dos *quanta* de produtos a quantidade de qualquer um deles?

(7) A hipótese de retornos constantes apresenta a dificuldade maior. Keynes procura sobrepassá-la "supondo que a produção e o emprego aumentem ou diminuam juntos, ainda que não em proporção numérica definida" (*Ibidem*, p. 39) e que "certo volume de demanda efetiva se distribui de modo preciso, entre os diferentes produtos" (*Ibidem*, p. 40n). Admite, assim, não só que a propensão marginal a consumir é constante, mas também que a

por exemplo, que uma unidade de emprego do tipo 1 equivale a w_1/w_0 unidades de emprego não-qualificado, do tipo 0. Dizendo a mesma coisa de modo mais ilustrativo, estabelece que um ferramenteiro por um mês vale, por exemplo, o mesmo que três carregadores de peças durante o mesmo período. Mas este é justamente o problema, porque os trabalhos de ferramenteiro e de carregador são de gêneros diferentes, qualitativamente distintos, e qualquer livro elementar de lógica ensina que a quantidade não convém ao gênero. Se se diz que cada mês de trabalho de ferramenteiro é igual a três de carregador, afirma-se que se constituem de trabalhos igualados, ou seja, trabalho homogêneo, de mesma qualidade, e que diferem apenas quanto à quantidade. Em geral, diz-se que os diferentes tipos de trabalho foram reduzidos a um mesmo algo, ou seja, a "emprego de mão-de-obra comum" no dizer do próprio Keynes⁽⁸⁾.

Quanto à mensuração do emprego proposta, ou é imaginária — e, neste caso, seria algo como $\sum O_r$, índice tão bom quanto, por exemplo, $\sum L_j$ — ou tem fundamento real. No primeiro caso, não se trataria de igualação alguma ou seria o que em efetivo parece, ou seja, homogeneização puramente subjetiva feita pelo indivíduo John Maynard Keynes. Há, porém, uma razão pela qual se pode pensar que não vem a ser isso. Se ele parece comensurar diferentes tipos de emprego por meio dos salários relativos, é-se levado a admitir que julga que os diferentes tipos de trabalho contribuem diferentemente para o produto, melhor dizendo, para o valor de produção, se não se deseja confundir como Pigou 'produto' e valor. Nesse segundo caso, ele não comensuraria nada, mas, ao contrário, estaria apenas expressando,

(8) A redução diverge da generalização porque nesta as qualidades comuns às espécies conservam-se no gênero, enquanto naquela são abstraídas e apenas a diferença indiferente, a quantidade, é posta (FAUSTO, 1983, p. 89-97).

consciente ou inconscientemente, a igualação dos trabalhos que o próprio processo de produção capitalista realiza continuamente.

De qualquer modo, ainda não se resolveu a questão. Vale a pena colocá-la outra vez: por que o emprego da economia como um todo, o qual inclui as mais variadas qualidades de emprego, pode ser quantidade real? Afaste-se, porém, essa perplexidade por enquanto.

Com o fito de estabelecer para o sistema econômico função equivalente à curva de oferta marshalliana para a empresa, pode-se entender que esse autor emprega (2) com o significado dado por (A). Como se sabe, aquela é relação entre duas variáveis: a quantidade de produto e, de acordo com o senso comum, seu preço unitário. Se se pensa em indicar o produto agregado por meio do emprego corrente, para construir uma função equivalente, põe-se imediatamente a questão de como expressar de modo compatível o valor da produção associado a esse volume de emprego. O modo pelo qual deu solução a esse problema leva ao trabalho comandável de Smith, ainda que Keynes não o tenha dito. Escreveu apenas:

"se K representa uma unidade qualquer medida em unidades monetárias, será, na maioria dos casos, conveniente representar por k_w a mesma quantidade medida em unidades de salário" (Ibidem, p. 39n)⁽⁹⁾ — em que $k_w = k/w$.

Então, o que Keynes chama de oferta agregada é uma relação funcional supostamente crescente entre emprego corrente, simbolizado por $\sum L_r$ (ou, ilustrativamente, por L_v) e certa expressão do valor, obtida pela divisão do valor monetário das mercadorias pelo salário do trabalhador comum e indicada por k_w . No entanto,

(9) Novamente, substituíram-se as notações de Keynes, X e X_w , por aquelas empregadas neste trabalho, K e K_w , respectivamente.

como o emprego aqui, antes de ser índice da produção — e, de fato, como se viu, realmente não o é — é quantidade de trabalho vivo posto em movimento, essa função estabelece uma relação entre trabalho comandado e trabalho comandável. Ainda que não esclareça tudo, pode-se começar a entendê-la pela intuição se for verificado que se tem uma relação entre o trabalho vivo e a taxa de lucro ao se fixar analiticamente a proporção entre o trabalho realizado no passado, L_m , e o que se realiza no presente, L_v .

Subsiste também aqui, assim, uma dupla perplexidade: o que é “valor expresso em unidades de salário” e qual o conteúdo da enigmática relação acima discutida? Antes de buscar efetivamente respostas a estas perguntas, importa verificar como Joan Robinson trata a questão.

4. Joan Robinson e os Enigmas

Aceitar a “suposição geral” bastou para Keynes que se preocupava, em meados da década de 30, com o imediato e conturbado cotidiano da economia capitalista de então: a crise. Porém, é possível ir além e investigar mais profundamente a expressão (2), já que ainda não se explorou de modo cabal seu significado e se sabe de antemão que, formalmente, nada há de errado com ela. Como o capitalista contrata certa quantidade de trabalhadores para que atuem durante certo tempo em sua fábrica, parece que ele paga o trabalho por eles fornecido. Se este é o caso, então a expressão (2) diz algo diferente. Se se admite que o tempo de trabalho se mede em “meses-homem” e o salário em “cruzeiros por mês-homem”, a análise dimensional de (2) fica:

$$[K/w] = [\text{meses-homem}] \cdot [n] \quad (B)$$

Note-se, antes de examinar (B), em que esta difere de (A). Enquanto em (A) a qualidade da medida mostrou ser a quantidade de emprego, em (B) aparece diretamente a quantidade de trabalho. Ainda

que não se as tenha distinguido bem até o presente momento, deve-se deixar claro deste ponto em diante que uma delas é trabalho potencial, e a outra, trabalho efetivo. Uma delas se refere à capacidade de trabalho, e a outra, diretamente, ao próprio trabalho. Entre elas há, portanto, diferença — e identidade.

A explicitação do significado (2) por meio de (B) mostra que o enigma ainda não se dissolveu. Agora, por exemplo, 80 meses-homem são 150 meses-homem, admitindo-se o mesmo fator multiplicativo anterior. Como a forma (2) é conforme os fenômenos da realidade capitalista, tornou-se necessário para alguns economistas buscar uma explicação para (B). Quanto a isto, encontra-se na literatura a teoria do “valor em trabalho datado”, em que se concebe a formação do valor de troca como dependente da quantidade de fatores primários empregados no processo de produção e do tempo transcorrido entre o momento no passado em que este emprego ocorre e o instante em que a mercadoria é efetivamente vendida. Deixei-se, porém, a própria Joan Robinson explicá-la a seu modo, no contexto da medida do capital:

“Tratar o capital como uma quantidade de tempo de trabalho despendido no passado é compatível com o ponto de vista da função de produção, já que corresponde à natureza essencial do capital visto como um fator de produção. O investimento consiste, em essência, no emprego de trabalho agora, de forma que produza seus frutos no futuro, enquanto poupar é tornar disponíveis produtos correntes para o consumo dos trabalhadores nesse meio-tempo — e a produtividade do capital consiste no fato de que uma unidade de trabalho que foi despendida em certo momento no passado vale mais hoje que uma unidade gasta hoje, porque seus frutos estão maduros” (ROBINSON, 1953-54, p. 82) (10).

(10) Note-se que se o capital é visto como ...

Em outras palavras, a busca de uma explicação para (B) levou aos economistas da Escola Austríaca — e a Joan Robinson depois deles — a pensar que certo *quantum* de trabalho efetuado em certo momento do passado representa no presente mais trabalho, com o que se atribui ao tempo um papel na formação do valor. Nos termos do exemplo, se 80 meses-homem realizados nos dois meses anteriores parecem valer hoje 150, a diferença — 70 meses-homem — constitui-se para ela de acréscimo na quantidade de trabalho, o qual apareceria com a demora intrínseca aos processos de produção criados pelos homens. Por isso, essa autora denomina *k/w* de

“quantidade de capital em termos de trabalho”

Porém, como ao mesmo tempo diz que

“os bens de capital existentes hoje podem ser vistos como tempo de trabalho incorporado no passado para ser usado no futuro” (ROBINSON, 1971, p. 121)⁽¹¹⁾. tem-se de indagar sobre a coerência lógica destas afirmações. Como pode certo *quantum* de “trabalho incorporado” tornar-se, com o tempo, um *quantum* maior?

“uma quantidade de tempo de trabalho despendido no passado... que vale mais hoje”, então o trabalho não pode ser, logicamente, mero fator de produção, porque, neste caso, estaria unicamente em relação com a quantidade de produto e não com o valor. A ambigüidade da noção de produto vista anteriormente ao se discutir a medida no contexto da Teoria Geral aparece novamente aqui.

(11) Joan Robinson emprega algumas vezes “trabalho despendido”, outras “trabalho incorporado” para dizer “trabalho realizado”. Se o trabalho fosse despendido, gasto, consumido, não haveria formação alguma de valor. Também, a rigor, não se pode dizer que o trabalho seja incorporado à mercadoria, pois no corpo desta, estritamente em sua materialidade física, não é possível encontrar vestígio algum da substância trabalho.

Pode-se entender como sua resposta a essa questão os trechos seguintes:

“ aqui nos deparamos com uma dificuldade fundamental⁽¹²⁾ que se encontra na raiz de todo o problema do capital. [Como] uma unidade de trabalho nunca é gasta em forma pura. o custo do capital inclui o custo dos bens de capital. [logo] parte do custo do capital são juros sobre o período de tempo entre o momento em que o trabalho foi realizado. e o momento em que eles estão produzindo um fluxo de produção” (ROBINSON, 1953-54, p. 82) *“Sob as regras do jogo capitalista isto aparece como o elemento juros no custo dos bens de capital existentes, mas a realidade subjacente [a este fenômeno] não depende de quaisquer regras particulares elaboradas pelos homens. Ele [este fenômeno] está profundamente enraizado na natureza técnica da produção”* (ROBINSON, 1971, p. 121).

Em grande parte do raciocínio — naquela em que afirma que o trabalho nunca se efetiva sem o concurso de meios de produção — busca mostrar que não ocorrem desvios desta regra geral; estes contrariariam o seu argumento principal: se houvesse mercadorias produzidas somente pelo trabalho vivo, então a fonte dos “juros” não poderia ser atribuída apenas à virtualidade de potencializar trabalho (como valor) de certos objetos de uso como as máquinas e ferramentas e não se poderia sustentar que o salário remunera o “trabalho despendido” mesmo em seus próprios termos. A generalização do fenômeno dos “juros” para outros sistemas econômicos que não o capitalismo é consequência direta do modo pelo qual elabora sobre sua origem. Se se deseja examinar

(12) Ao invés de um “enigma” tem-se aqui uma “dificuldade fundamental”

(13) Onde está escrito “juros”, no contexto deste artigo deve-se ler “lucros”

A QUESTÃO DA MEDIDA DO VALOR

o fundamento de sua argumentação, tem-se de revolver a última sentença transcrita. O cerne de sua justificativa para os lucros reside naquilo que diz estar "enraizado na natureza técnica da produção" Para melhor investigá-lo, torna-se necessário fazer outro *détour*.

As idéias de Joan Robinson quanto à fonte dos lucros (juros) encontram-se já bem desenvolvidas na teoria do capital de Bohm-Bawerk. Este compreendia o processo de produção estritamente como naturalidade física, ou seja, como mera transformação da natureza pelo trabalho, sendo este considerado também como elemento natural. A força produtiva humana se multiplica quando o homem, com o fim de satisfazer os seus desejos, coloca as forças da natureza a seu serviço, submetendo-as aos seus desígnios. Havendo apontado como característica fundamental desses processos o gasto de tempo entre a intervenção do agente e a obtenção do produto, relaciona esta demora ao emprego de métodos de produção mais indiretos, os quais tornam o trabalho mais produtivo (em termos de quantidade de objetos de consumo por unidade de trabalho). O fisicalismo de Bohm-Bawerk o leva então à seguinte definição:

"capital não é nada mais do que o conjunto de produtos intermediários criados nas etapas do processo de produção" (BOHM-BAWERK, 1929, p. 28), e o faz associar o alongamento deste à intensidade de capital. Os "juros" virtualidade da técnica de produção indireta que se realiza porque uns poucos poupam, preferem bens futuros a bens presentes, e o fazem porque o efeito da parcimônia está garantido pela instituição da propriedade, assume aqui a figura de um mais-produto, acima do salário de subsistência⁽¹⁴⁾.

(14) Sobre esses fundamentos não há grandes diferenças entre as idéias de Bohm-Bawerk e Joan Robinson, como se pode verificar lendo a Introdução de *A Acumulação de Capital* (ROBINSON, 1971,

Concepções como essa parecem cobrar sentido — parecem tão-somente — em uma economia capitalista hipotética em que se produzisse para consumo um único produto ou uma cesta de composição qualitativa e em proporções internas imutáveis (este segundo caso é formalmente redutível ao primeiro). Tão logo enfrentam o capitalismo real e a heterogeneidade das mercadorias, põe-se de imediato para esses autores o problema — imaginário — da medida do produto da sociedade como um todo e a noção de produtividade torna-se extremamente ambígua⁽¹⁵⁾ Há razão e realidade em expressões como quantidade de maçãs por hora de trabalho, número de tratores por mês-homem, mas como maçãs + tratores não é quantidade real, é irracional falar em produtividade do trabalho para a economia como um todo ou para qualquer conjunto de produtos. Fala-se, no entanto, na linguagem do senso comum, a qual é contrária à linguagem da ciência em "produto" e em "produtividade da economia" "capital físico da empresa" etc. Na impossibilidade de tomar consciência do valor — e de todas as suas conseqüências — pensam "amalgamas idealizados" para empregar a feliz expressão de Wicksteed. Assim, solve-se subjetivamente, dando solução a um falso problema, o problema de apreender a comensurabilidade real na economia capitalista, mas se o resolve falsamente. Lidando com uma contradição, como se contradição não fos-

p. 3-60). Diferem, no entanto, quanto ao modelo, pois essa autora abandona as tentativas da Escola Austríaca de considerar o "período médio de produção" como medida da intensidade de capital (grau de mecanização em seus termos), em face da constatação de que sua grandeza depende da distribuição da renda entre salários e lucros.

(15) Não se está colocando em causa a construção por meio da estatística de indicadores agregados de variação da produção, nem de indicadores de variação da produtividade para a economia como um todo, os quais, ao contrário dos amalgamas idealizados, pressupõem a incomensurabilidade dos produtos.

se, de modo quase imperceptível, velado, certos autores que pretendem fundar teorias no mundo dos fenômenos econômicos, passam para a noção de produto um conteúdo de valor⁽¹⁶⁾. Em consequência, movem-se do autêntico conceito de produtividade para outro obscuro e falso.

Joan Robinson aparentemente assim não procede. Ela não protesta em *A Função de Produção e a Teoria do Capital* contra os "hábitos relaxados de pensamento" (ROBINSON, 1953-54, p. 81) daqueles que concebem o capital na função de produção como algo inexplicado? Não procura encontrar a medida do capital reduzindo os chamados bens de capital a trabalho, ou seja, a algo supostamente homogêneo. Porém, como adere à teoria do valor em trabalho datado, tem de explicar porque

"uma unidade de trabalho que foi despendida em certo momento do passado vale mais hoje que uma unidade gasta hoje. " (Ibidem, p. 82).

Para fazê-lo, recorre então à "natureza técnica da produção" ou seja, ao aumento da produtividade do trabalho associada à adoção de métodos de produção mais "capital" intensivos — em suas palavras, mais mecanizados. Logo, também ela trata variações de produto como se fossem variações de valor.

É por meio dessa fantasia que certo *quantum* de trabalho transforma-se, por obra e arte de economistas que se afirmam contra a metafísica, em um *quantum* maior e a origem dos "juros" é, assim, explicada como efetivação em valor

da capacidade dos meios de produção de propiciar elevações na produtividade — física — do trabalho⁽¹⁷⁾.

Como se viu, Keynes apontara que Pigou trata em sua obra variações de valor como se fossem variações das quantidades físicas, em situações em que estas últimas não poderiam ter ocorrido. Na exposição de Joan Robinson da origem dos lucros na sociedade capitalista ocorre algo semelhante: ela trata, implicitamente, mudanças das quantidades físicas como se fossem mudanças nas quantidades de trabalho, sem que estas últimas possam ter acontecido. Em outras palavras, concebe aumentos da produtividade do trabalho como aumentos do valor produzido por trabalhador. Assim, deriva-se de sua teoria o resultado fantástico de que determinado tempo de trabalho pode igualar-se a tempo de trabalho maior, se diferem os momentos no tempo em que estes foram realizados.

5. Dissolução dos Enigmas

No desenvolvimento deste artigo até este momento, deixou-se algumas questões sem resposta. Ainda não se esclareceu cabalmente como determinado *quantum* de trabalho pode parecer se tornar no tempo *quantum* superior, quando se olha a forma preço = custos na sociedade capitalista ao modo da Escola Austríaca, ou porque determinado emprego hoje permite ao capitalista comprar emprego maior amanhã, quando se vê a mesma forma ao modo de Adam Smith. Também não se revelou se o emprego, tal como concebido por Keynes, expressa medida real e qual o conteúdo da "curva de oferta agregada" utilizada por este autor para entender os movimentos conjunturais da produção capitalista.

(16) No contexto da economia de produto único, a confusão conceitual entre produto e valor, ainda que presente, não se manifesta ao analista, simplesmente porque, neste caso, as quantidades de produto e valor são tratadas de modo implícito como variáveis isomórficas.

(17) Na verdade, essa capacidade dos meios de produção de elevar a produtividade do trabalho não é mais do que a objetivação de determinado grau de desenvolvimento da capacidade humana de apropriação da natureza.

Além desses enigmas formais, chegou-se à seguinte conclusão negativa: a noção de "valor em trabalho datado" não se funda em teoria de valor trabalho racional e consistente. Mostrou-se que o fundamento dessa construção reside num absurdo quantitativo, justificado de modo igualmente absurdo, qual seja, tomando aumentos da produtividade do trabalho como se fossem aumentos da produtividade de valor do trabalho⁽¹⁸⁾. No entanto, não se chegou ainda a compreender como e porque Joan Robison e outros chegaram a tal concepção. Deve-se rejeitar, de início, a suposição de que essa construção teórica seja pura criação do pensamento, absolutamente distante do próprio mundo real, porque assim admitir-se-ia uma outra origem das idéias que não a própria realidade e estar-se-ia fora do elemento da ciência. Essa explicação deve advir, portanto, da própria forma do real que não se mostra aí, no aparente e no imediato, o que realmente é.

Se se vê (A) e (B) como mutuamente excludentes ou logicamente incompatíveis — e elas são obviamente diferentes —, não se poderá, de modo algum, atinar com a solução do mistério. Cada uma delas por si é absurda, ainda que correspondam a formas presentes no cotidiano do capitalismo. As expressões (1) e (2) nada mais fazem do que traduzir em idéia a própria forma fenomenal do metabolismo social que se apresenta para os homens no dia-a-dia do capitalismo e que todo proprietário de meios de produção conhece intuitivamente. Portanto, a solução desse enigma só pode ser encontrada se se buscar uma expressão racional quanto ao conteúdo e aparentemente absurda na forma, salvando o que (A) e (B) têm de verdadeiro e expurgando o que têm de falso. Procurar-se-á mostrar, por um lado, que (B) é verdadeira quanto à qualidade, pois expressa

(18) Quando se diz "produtividade física" se é redundante, porque a palavra física aí já indica qualidade produto, e quando se escreve "produtividade em valor do trabalho" já se expressa o absurdo.

o que há de comum nas mercadorias, ou seja, o conteúdo do valor de troca — já se mostrou na crítica à teoria do valor em trabalho datado que ela é falsa do ponto de vista quantitativo; e que (A), por outro, é verdadeira quanto à quantidade e falsa quanto à qualidade, pois expressa o valor pelo que valor não é, ou seja, por meio de um valor de uso. Isto feito, se essa explicação mostra-se contraditória é porque a realidade assim o é; as alternativas discutidas — como se viu — convivem com enigmas que afrontam a ciência, servindo ao misticismo⁽¹⁹⁾.

Para fazê-lo, torna-se necessário, de início, esclarecer que "emprego" tal como Keynes o concebeu nada mais é do que a noção comum que corresponde ao que Marx chama de compra de força de trabalho, ou seja, a aquisição do

"conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade do homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie" (MARX, 1983, vol. 1/1, p. 139).

portanto, quando o capitalista compra certa quantidade de homens-ano, compra força de trabalho, trabalho em potência, a qual no processo de produção se efetiva em trabalho, força de trabalho acionada, certa quantidade de anos-homem. E é por isso que se mencionou logo no início desta nota que ela pouco tem de original quanto ao conteúdo. Por conseguinte, nada mais correto do que recorrer ao Hegel da Economia Política para expor este momento do capitalismo concreto:

"a utilização da força de trabalho a consome ao fazer trabalhar o vendedor"

(19) Há ainda outra importante alternativa não discutida neste artigo para explicar a forma (1), a análise de equilíbrio geral. Esta é formalmente lógica, mas ao custo de abolir o tempo, o dinheiro, o capital etc., ou seja, os próprios fenômenos da realidade do capitalismo.

dela. O último torna-se, desse modo, 'actu' força de trabalho realmente ativa, o que antes era apenas 'potentia'" (Ibidem, p. 149).

Quando Keynes toma o emprego como medida, ele, em primeiro lugar, encontra a expressão fenomenal, especificamente capitalista, da aquisição da força de trabalho, já que só neste sistema a alienação temporária desta pode ocorrer ou não, assim como acontece com a venda de qualquer outra mercadoria. Em segundo lugar, ele não mensura — como já se disse — produto algum, mas valor em potência, trabalho vivo. Nem constrói, de fato, índice algum da produção, porque a quantidade de emprego, sintetizando as condições anteriormente discutidas, só é congruente com a massa de produto se se concebe a economia em “estado de crescimento proporcional, o que não ocorre evidentemente na *Teoria Geral*”(20).

Se esse é o caso, se emprego não é um amálgama idealizado, o que pode ser? Se se busca explicar os fenômenos das sociedades capitalistas em seus fundamentos reais, sem reconstruí-los idealisticamente, nem modelá-los subjetivamente, deve-se partir desses mesmos fenômenos para descobrir o que neles, em suas formas aparentes, está velado. Não se pode repetir — nem teria sentido algum — o percurso expositivo do primeiro capítulo de *O Capital*. Basta lembrar que aí Marx parte da mercadoria, forma elementar da riqueza no modo de produção capitalista, para verificar que ela é valor de uso e revelar que é valor. O que lhe permite pôr a

(20) De modo geral, o valor em dinheiro só se constitui em índice preciso, não ambíguo (de modo algum uma medida) dos *quantas* de produtos, se as proporções entre estes não se alteram, nem seus preços relativos. Isto é o que ocorre na ficção do estado de crescimento proporcional. Nesse caso, as produtividades do trabalho permanecem constantes e o emprego corrente também serve de índice para a produção. Na verdade, aqui, umas variáveis servem de índices para as outras.

descoberto este fundamento — o valor —, vem a ser justamente a análise da troca simples: x da mercadoria $A = y$ da mercadoria B . Como essas coisas sociais, as mercadorias, são de gêneros diferentes enquanto valores de uso — se não o fosse, não seriam trocadas —, portanto, congêneres de qualidades distintas, essa equação diz que

“algo em comum da mesma grandeza existe em duas coisas diferentes.”

e que

“o valor de troca só pode ser o modo de expressão, a ‘forma de manifestação’ de um conteúdo dele distinguível” (Ibidem, p. 46),

ou seja, do valor. A equação, em particular, diz que o valor da mercadorias, A se expressa em “forma relativa” como y/x de mercadoria B , cumprindo esta última o papel de “equivalente”.

Expõe Marx, então, duas características do valor de extrema importância para compreendê-lo. Primeiro, que é “trabalho abstrato” e, segundo, que essa “abstração, é real”. Em *Para a Crítica da Economia Política*, coloca sinteticamente esses pontos:

“Para medir os valores de troca das mercadorias pelo tempo de trabalho nelas contido, os diversos trabalhos devem estar reduzidos a trabalho não diferenciado, uniforme, simples ;em resumo, a trabalho que é qualitativamente o mesmo e, por isso, só se diferencia quantitativamente. Essa redução aparece como uma abstração, mas é uma abstração que se realiza diariamente no processo social de produção” (MARX, 1978, p. 137)(21).

Em seqüência, revela o que é essa redução. É, como hoje se sabe, igualação do trabalho concreto ao abstrato, do trabalho

(21) Trecho citado por FAUSTO, 1983, p. 90.

complexo ao simples, do trabalho privado ao social, do tempo de trabalho individual ao tempo de trabalho socialmente necessário.

Agora fica fácil responder às questões colocadas ao longo do texto, finalmente dissolvendo os enigmas. Aquilo que parece a Keynes apenas um método sensato de homogeneização dos empregos concretos trata-se, na verdade, da reflexão em sua consciência da igualação real dos trabalhos que ocorre — torna-se necessário insistir neste ponto — no próprio processo de produção capitalista. Como o dono dos meios de produção vê na força de trabalho que contrata uma fonte de trabalho que mais trabalho lhe parece representar quanto mais dinheiro paga ao trabalhador, o volume de emprego se apresenta aos seus olhos como trabalho igual. Daí a idéia de Keynes de comensurar quantidades de empregos qualitativamente distintos, reduzindo-as a emprego comum por meio das razões salariais. Porém, essa construção tem algo de ideal, porque quando o trabalho ainda está em potência, ainda não pode haver realmente igualação. Isto só pode ocorrer em efetivo, por exemplo, na fábrica, quando as mercadorias são produzidas. Não é, no entanto, arbitrária; em verdade, expressa algo objetivo, porque na regularidade limitada do processo capitalista de produção há certa regularidade na redução dos trabalhos a trabalho abstrato e socialmente necessário, ou seja, na constituição objetiva do valor⁽²²⁾.

Ainda que de modo insuficiente, vale a pena colocar aqui algumas ressalvas. Primeiro, que o trabalho vivo não se constitui no valor total da mercadoria, mas apenas em parte dele; adiciona-se à parcela do trabalho morto socialmente cristalizada

nos meios de produção que passa, por meio da ação do trabalhador no processo de trabalho, destes para ela, tomando nova forma. Segundo, que o trabalho existente em potência na força do trabalhador não é necessariamente congruente com a quantidade de valor criado e expresso no preço da mercadoria; para o sistema como um todo, nem todo trabalho é produtivo, efetiva-se como valor e, para cada setor em particular, tudo dependerá de como o processo de circulação mercantil resolve concretamente o problema da transformação ou, dito de outro modo, como o processo da concorrência redistribui a mais-valia entre as diferentes atividades produtivas.

Para encontrar a razão oculta das teorias do valor em trabalho datado da Escola Austríaca, adotada por Joan Robinson, e do trabalho comandável de Smith, torna-se necessário distinguir o valor de uso do valor da mercadoria força de trabalho:

“na superfície da sociedade burguesa, o salário do trabalhador aparece como o preço do trabalho, como um ‘quantum’ determinado de dinheiro pago por um ‘quantum’ determinado de trabalho” (MARX, 1983, vol. 1/2, p. 127). “Na expressão ‘valor do trabalho’, o conceito de valor não está apenas inteiramente apagado, mas convertido em seu contrário” (Ibidem, p. 128) “o que ela [A Economia Política] chama de valor do trabalho (value of labor) é, na realidade, o valor da força de trabalho, que existe na personalidade do trabalhador e difere de sua função, o trabalho, tanto quanto uma máquina de suas operações” (Ibidem, p. 129). “Como o valor do trabalho é apenas uma expressão irracional para o valor da força de trabalho, segue-se por si mesmo que o valor do trabalho tem de ser sempre menor que seu produto-valor, pois o capitalista sempre faz a força de trabalho funcionar por mais tempo do que o necessário para a reprodução de seu próprio valor” (Ibidem, p. 130).

(22) Quando Joan Robinson, na construção de seus modelos, supõe “trabalho homogêneo”, parece fazer também apenas uma abstração subjetiva; no entanto, de igual modo, tem-se aqui também uma reflexão em sua consciência da abstração real.

Posto isso, pode-se voltar às fórmulas (1) e (2), agora sob nova perspectiva. Mesmo se K se apresenta como o valor de troca da máquina, valor de troca dela não é; K expressa em verdade o valor dessa mercadoria no valor de uso de outra, ou seja, do dinheiro. Assim, ainda que (1) aparente mostrar que uma máquina vale, por exemplo, K cruzeiros, ou seja, que este é o seu preço, diz a rigor que determinada quantidade de meses-homem, um certo *quantum* de tempo de trabalho objetivado na mercadoria se manifesta por meio de uma quantidade de cruzeiros, a visível figura de papel que representa, de modo particular, um conteúdo invisível e geral na economia capitalista, o trabalho abstrato e social. Se (1), além disso, mostra imediatamente como o preço se compõe de custos dos meios de produção, salários e lucros, quando se a investiga mais profundamente, diz que estes componentes não são mais do que a expressão em dinheiro de componentes correspondentes do valor, a saber, o capital constante, o capital variável e a mais-valia.

Agora, se K é dividido por w , ou seja, se se passa por meio de uma operação matemática de (1) para (2), não se põe a descoberto o valor; ao contrário, oculta-se ainda mais porque teórica e esotericamente uma quantidade de trabalho passa a se expressar por meio de uma quantidade de trabalho. Observe-se: se antes (1) levava a pensar que a máquina valia K cruzeiros, agora (2) parece dizer que ela vale K/w homens-mês. Esta aparência é, no entanto, enganosa. Se antes o valor da máquina, uma certa quantidade de "meses-homem", se manifestava em tantos cruzeiros, aqui o mesmo valor, nada mais nada menos, assume a forma de determinada quantidade de "homens-mês" um certo volume de emprego. Acompanhando Marx na análise da troca simples, se se tem uma máquina = k homens-mês, deve-se concluir de modo semelhante que "há algo em comum em coisas diferentes" e que este é "o modo de expressão de um conteúdo dele distinguível". Em outras palavras, tem-se em

(2) que certo *quantum* de trabalho abstrato, valor, expressa-se por meio de *quantum* superior de trabalho potencial, se a taxa de lucro for positiva. Portanto, Keynes não mede valor em unidades de salário — o que, aliás, é impreciso, porque w é também um preço⁽²³⁾ —, mas valor em unidades de valor de uso da força de trabalho.

No exemplo antes empregado, se L_m e L_y igualam ambas a 40 homens-mês, abstraído-se de todos os desvios possíveis de ocorrer na transformação dos trabalhos concretos em trabalho abstrato e aqueles devidos à transformação dos valores em preços de produção, então o valor da mercadoria máquina constitui-se exatamente de 80 meses-homem. Porém, este valor, conforme a fórmula (2), se expressa como 150 homens-mês, ou seja, segundo uma grandeza que não pode ser entendida como outra quantidade efetiva de valor tal como o fazem os teóricos do valor em trabalho datado, muito menos compreendida como o valor da máquina. Sim, deve ser vista como uma quantidade teórica de valor de uso da força de trabalho — ou de trabalho comandável, se se deseja empregar os termos menos esclarecedores de Adam Smith. Se a quantidade da força de trabalho que o capitalista pode adquirir no futuro supera potencialmente o valor criado pela força de trabalho comprada ontem (150 homens-mês > 80 meses-homem), só uma razão pode explicar a diferença: uma parte do valor gerado pelo trabalhador quando funciona no processo produtivo é trabalho não pago, mais-valia

(23) Obviamente, não se expressa o valor de uma mercadoria no preço de outra, mas na quantidade da outra. Resultado, aliás, que não depende da teoria do valor trabalho. Supondo que sejam trocados aveia e trigo no mercado, diz, por exemplo, Walras: se "um agente se propusesse a trocar 5 hectolitros de trigo por 10 hectolitros de aveia, o preço proposto do trigo em aveia seria 2 e o preço da aveia em trigo seria 1/2" (WALRAS, 1983, p. 37).

A QUESTÃO DA MEDIDA DO VALOR

— como o mostra Marx exaustivamente em *O Capital*.

Como consequência do que foi dito, tem-se que a chamada “curva de oferta agregada” de Keynes estabelece, em verdade, relação funcional entre quantidades de trabalho vivo que podem ser eventualmente compradas no presente pelos capitalistas e os valores das mercadorias produzidas correspondentes a estes níveis de emprego, expressando-se estes valores como quantidades potenciais de valor de uso da força de trabalho. Em outros termos, projeta relação entre o trabalho vivo que, dependendo das circunstâncias, pode ser de fato comandado pelo capital e o trabalho comandável. Racionalmente entendido, este último é apenas uma forma teórica do valor objetivado na mercadoria, o qual se tornará, caso ela seja efetivamente vendida ao preço que realiza o valor, capital-dinheiro nas mãos do capitalista. Uma parte deste repõe ou reproduz o capital adiantado e a outra constitui-se na forma lucro em dinheiro da mais-valia. Desse ponto de vista, portanto, pouco importa colocar em gráficos o valor em dinheiro ou em valor de uso da força de trabalho. A vantagem analítica do último procedimento parece ser que a “oferta agregada” fornece assim, direta e intuitivamente, um indicador de potencial de acumulação da economia capitalista aos diversos volumes de trabalho vivo que o capital pode pôr em ação, com determinado estoque de capital fixo.

A investigação da forma dessa função (a qual, talvez, mais apropriadamente, pudesse ser denominada de “curva de acumulação” é deveras complexa. Basta observar que envolve os comportamentos possíveis

da razão entre os capitais constante e variável (ou composição orgânica do capital) e da razão entre este último e a mais-valia (ou taxa de exploração), as quais são obviamente interdependentes. Não será empreendida neste texto; dir-se-á somente que, se se considerar analiticamente a proporção entre os trabalhos morto e vivo como constante, a inclinação da função dependerá das mudanças que possam ocorrer na taxa de exploração. Isto é perceptível na forma valor expresso em unidades de emprego (K/w), pois, nas condições acima, esta variável mostrar-se-á evidentemente crescente com taxas de lucro crescentes às elevações do nível do emprego⁽²⁴⁾.

Os enigmas discutidos da forma preço = custos foram vários: a medida dos valores, a origem dos lucros, o salário do trabalho, o valor monetário em unidades de salário etc., mas todos se dissolveram ao se retomar os ensinamentos contidos na exposição dialética do capitalismo de *O Capital*. Por este caminho — parafraseando um texto famoso —, que é caminho do abismo para o senso comum e a ciência utilitária, não se prossegue no caminho das representações exteriores ao objeto real, da modelagem do comportamento econômico, onde o imaginário encontra seu lugar, mas se penetra na ontologia do capitalismo como ser vivo, onde todas as ilusões se desfazem.

(24) Keynes mostra toda sua astúcia numa das primeiras notas de rodapé da *Teoria Geral*, quando acusa os sucessores de Ricardo de pouco perspicazes, pois estes “serviram-se da teoria clássica” — ele aqui se refere a Ricardo nos mesmos termos de Marx — “nas discussões sobre as causas da riqueza” (KEYNES, 1983, p. 17n).

Referências Bibliográficas

BOHM-BAWERK, E. *Théorie Positive du Capital*. Paris, Giard, 1929, vol. 1.
FAUSTO, R. *Marx: Lógica e Política*. São Paulo, Brasiliense, 1983, tomo I.
KEYNES, J.M. *Teoria Geral do Emprego,*

do Juros e do Dinheiro. São Paulo, Abril, 1983.

MARX, C. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo, Abril, 1978.

———. *Teorias da Mais-Valia — Histó-*

- ria Crítica do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, vol. 1.
- _____. *O Capital – Crítica da Economia Política*. São Paulo, Abril, 1983, vol. 1/1 e 1/2.
- NAPOLEONI, C. *Smith, Ricardo e Marx*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- RICARDO, D. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo, Abril, 1982.
- ROBINSON, J. The Production Function and the Theory of Capital. *The Review of Economic Studies*, 21:81-106, 1953-54.
- _____. *The Accumulation of Capital*. Londres, The Macmillan Press, 1971.
- SMITH, A. *A Riqueza das Nações – Investigação sobre sua Natureza e suas Causas*. São Paulo, Abril, 1983, vol. 1.
- SRAFFA, P. *Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias*. São Paulo, Abril, 1983.
- WALRAS, L. *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. São Paulo, Abril, 1983.
- WICKSELL, K. *Lectures on Political Economy*. Londres, George Routledge, 1938.